

CÂMARA MUNICIPAL DE NATÉRCIA DE

ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃ

Aos dezoito dias do mês de setembro de dois mil e dezoito, às dezoito horas no prédio da Câmara Municipal "Prefeito José Wenceslau de Souza", de Natércia, Estado de Minas Gerais localizado na Praça Prefeito Antônio da Silva, nº 180 reuniram-se os membros da Comissão de Justiça e Redação, presentes os Senhores Vereadores Alessandra Caetano Siqueira Carvalho, Antônio Carlos de Souza e Silviano Reis do Vale, juntamente com o consultor jurídico da Câmara Municipal Dr. Cristiano Wilson Mendes Caetano, para analise dos Projetos de Lei: Projeto de Lei 13/2018 que "Autoriza o Poder Executivo a conceder isenção da taxa de ocupação do solo em vias e logradouros públicos e dá outras providências". Projeto de Lei nº 22/2018 que "Autoriza o Poder Executivo a efetuar a abertura de crédito adicional suplementar no Orçamento do Municipio de Natércia - MG, para o exercício de 2018." Iniciados os trabalhos foi realizada uma exposição detalhada dos projetos em pauta, pelo assessor jurídico sendo analiado e discutido pelos vereadores, em seguida foi realizada a leitura do parecerer da AVEMAG em relação ao Projeto de Lei 13/2018, sendo deliberado pelos vereadores requer ao Presidente através de Memorando para o mesmo solicitar documentos relativos ao projeto. Em relação ao Projeto de lei 22/2018 foi realizada a leitura dos pareceres e assinado pelos presentes. Nada mais havendo a tratar, eu, Adriana Cásia Alves dos Santos, Diretora Departamento Administrativo, lavrei a presente ata que, lida e achada conforme, vai pelos presentes assinada.

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

Antônio Carlos de Souza

Presidente

Alessandra Caetano Siqueira Carvalho

Secretária

Silviano Reis do Vale

Membro





CÂMARA MUNICIPAL DE NATÉROE

ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E TOMADA DE CONTAS

Aos dezoito dias do mês de setembro de dois mil e dezoito, às dezoito horas e dez minutos no prédio da Câmara Municipal "Prefeito José Wenceslau de Souza", de Natércia, Estado de Minas Gerais localizado na Praça Prefeito Antônio da Silva, nº 180 reuniram-se os membros da Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas, presentes os Senhores Vereadores Leonardo Barreto da Silva, Saulo Regis de Vilas Bôas e Vera Lúcia Junho dos Reis, juntamente com o consultor jurídico da Câmara Municipal Dr. Cristiano Wilson Mendes Caetano, para analise dos Projetos de Lei: Projeto de Lei: 13/2018 que "Autoriza o Poder Executivo a conceder isenção da taxa de ocupação do solo em vias e logradouros públicos e dá outras providências". Projeto de Lei nº 22/2018 que "Autoriza o Poder Executivo a efetuar a abertura de crédito adicional suplementar no Orçamento do Municipio de Natércia -MG, para o exercício de 2018." Iniciados os trabalhos foi realizada uma exposição detalhada dos projetos em pauta, pelo assessor jurídico sendo analiado e discutido pelos vereadores, em seguida foi realizada a leitura do parecerer da AVEMAG em relação ao Projeto de Lei 13/2018, sendo deliberado pelos vereadores requer ao Presidente através de Memorando para o mesmo solicitar documentos relativos ao projeto. Em relação ao Projeto de lei 22/2018 foi realizada a leitura dos pareceres e assinado pelos presentes. Nada mais havendo a tratar, eu, Adriana Cásia Alves dos Santos, Diretora Departamento Administrativo, lavrei a presente ata que, lida e achada conforme, vai pelos presentes assinada.

COMISSÃO DE FINAÇAS ORÇAMENTO E TOMADA DE CONTAS

Saulo Regis de Vilas Bôas Presidente

Alessandra Caetano de Siqueira Carvalho Secretária - Suplente

Vera Lúcia Junho dos Reis

Membro

Praça Prefeito Antônio Virgílio da Silva, nº 180 Centro—Natércia/MG—CEP: 37524-000 Email: camara_natercia@hotmail.com

Tel: (0XX35) 3456-1582/3456-1672 Site: www.natercia.mg.leg.br





CÂMARA MUNICIPAL DE NATÉRCL

ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS FOLHA

Aos dezoito dias do mês de setembro de dois mil e dezoito, às dezoito horas e vinte minutos no prédio da Câmara Municipal "Prefeito José Wenceslau de Souza", de Natércia, Estado de Minas Gerais localizado na Praça Prefeito Antônio da Silva, nº 180 reuniram-se os membros da Comissão de Serviços Públicos Municipais, presentes os Senhores Vereadores Antônio Carlos de Souza, José Messias Jonas e Odair Claudinei da Silva, juntamente com o consultor jurídico da Câmara Municipal Dr. Cristiano Wilson Mendes Caetano, para analise dos Projetos de Lei: Projeto de Lei: 13/2018 que "Autoriza o Poder Executivo a conceder isenção da taxa de ocupação do solo em vias e logradouros públicos e dá outras providências". Projeto de Lei nº 22/2018 que "Autoriza o Poder Executivo a efetuar a abertura de crédito adicional suplementar no Orçamento do Municipio de Natércia - MG, para o exercício de 2018." Iniciados os trabalhos foi realizada uma exposição detalhada dos projetos em pauta, pelo assessor jurídico sendo analiado e discutido pelos vereadores, em seguida foi realizada a leitura do parecerer da AVEMAG em relação ao Projeto de Lei 13/2018, sendo deliberado pelos vereadores requer ao Presidente através de Memorando para o mesmo solicitar documentos relativos ao projeto. Em relação ao Projeto de lei 22/2018 foi realizada a leitura dos pareceres e assinado pelos presentes. Nada mais havendo a tratar, eu, Adriana Cásia Alves dos Santos, Diretora Departamento Administrativo, lavrei a presente ata que, lida e achada conforme, vai pelos presentes assinada.

COMISSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS

José Messias Jonas

Presidente

Antônio Carlos de Souza

Secretário

Odair Claudinei da Silva

Membro

Tel: (0XX35) 3456-1582/3456-1672

Site: www.natercia.mg.leg.br



CÂMARA MUNICIPAL DE NATÉR

Memorando nº. 001/2018

Da: Comissão de Legislação, Justiça e Redação

Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas

Comissão de Serviços Públicos Municipais

Para: Presidente da Câmara Municipal

Assunto: Solicitação (faz)

Referência: Projeto de Lei 13/2018 "Autoriza o Poder Executivo a conceder isenção da taxa de ocupação de solo em vias e logradouros públicos e dá outras

providências" Data: 19/09/2018

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Cumprimentando Vossa Excelência, sirvo-me do presente para solicitar junto ao Executivo Municipal um demostrativo comprovando que a arrecadação de que trata a isenção do projeto em epígrafe é irrisória e não compromete os cofres públicos (conforme justificativa do projeto).

Cabe frisar que tal documento é necessário para aprovação do tal projeto pois visa atender ao art. 14 da LRF que trata sobre Renuncia de Receita e relata:

"Art. 14. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições:

I - demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do art. 12, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias;

II - estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no caput, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

§ $1\underline{o}$ A renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros beneficios que correspondam a tratamento diferenciado.

 $\S~2\underline{o}$ Se o ato de concessão ou ampliação do incentivo ou beneficio de trata o caput deste artigo decorrer da condição contida no

Praça Prefeito Antônio Virgílio da Silva, nº 180 Centro—Natércia/MG—CEP: 37524-000

> Email: camara_natercia@hotmail.com Tel: (0XX35) 3456-1582/3456-1672

> > Site: www.natercia.mg.leg.br





CÂMARA MUNICIPAL DE NATÉ

inciso II, o beneficio só entrará em vigor quando implemen as medidas referidas no mencionado inciso.

§ 30 O disposto neste artigo não se aplica:

I - às alterações das alíquotas dos impostos previstos nos incisos I,
II, IV e V do art. 153 da Constituição, na forma do seu § 10;
II - ao cancelamento de débito cujo montante seja inferior ao dos

respectivos custos de cobrança."

Nesse sentido com essa renuncia de receita qual seria a estimativa do impacto financeiro no exercício, ao iniciar sua vigência. Caso o contrario informar as medidas adotadas de compensação, ou seja, por meio de aumento de receita, elevações de aliquotas, migrações ou criação de tributos e contribuições.

Outro aspecto a ser analisado no presente projeto é quanto a isenção ser destinada apenas a algumas entidades beneficiando assim apenas uma minoria.

Sem mais, renovo meus protestos de respeito e consideração.

Antônio Carles de Sou

Presidente

Comissão de Legislação, Justiça e Redação

Saulo Regis de Vilas Bôas

Presidente

Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas

José Messias Jonas

Presidente

Comissão de Serviços Públicos Municipais

ANTÔNIO NOEL DE SOUZA PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE NATÉRCIA LEGISLATURA 2017-2020 ANO 2018